

# QUALIDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: APROXIMAÇÕES ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE SEGUNDO A TÉCNICA DELPHI

## SOCIAL QUALITY IN DISTANCE EDUCATION: COMPARING BRAZIL AND MOZAMBIQUE USING THE DELPHI TECHNIQUE

Bianca Santos Bento da Silva  
(Instituto Federal do Amazonas/IFAM)

Nilsa Pondja Cherinda  
(Universidade Eduardo Mondlane/UEM)

Luciano Toledo Forte  
(Universidade Federal de Goiás/UFG)

**Resumo:** A qualidade social na Educação a Distância (EaD) refere-se a um conjunto de elementos de diferentes ordens e níveis que buscam assegurar uma formação acadêmica humana, crítica, emancipadora e cidadã ao mesmo tempo que valorizando aspectos e indicadores qualitativos que consideram as especificidades da EaD. Este estudo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa que utilizou a técnica Delphi para analisar os elementos considerados fundamentais à qualidade na Educação a Distância, com foco nas aproximações entre as opiniões de especialistas do Brasil e de Moçambique. A técnica Delphi tem como objetivo buscar consenso entre especialistas com conhecimento sobre o tema investigado, por meio de rodadas sucessivas de consulta. Apesar das diferenças entre os contextos educacionais do Brasil e de Moçambique, a análise das respostas revelou convergências significativas quanto aos elementos essenciais para uma EaD de qualidade socialmente referenciada, podendo ser destacados aspectos como infraestrutura física e tecnológica, materiais didáticos adequados à EaD, formação específica de profissionais para a modalidade, currículo e planejamento próprios, formação dos discentes e institucionalização da EaD — esta última como condição essencial para a oferta permanente da modalidade em instituições públicas de ensino superior. Os resultados indicam que a EaD tem potencial para atender às demandas educacionais globais, desde que orientada por princípios de qualidade socialmente referenciada e alinhada às realidades locais, com base na democracia social, inclusão, integralidade e responsabilidade institucional.

**Palavras-chave:** Educação a Distância. Qualidade Socialmente Referenciada. Técnica Delphi.

**Abstract:** Social quality in Distance Education (DE) is defined as a set of elements of different orders and levels that aim to ensure a humanistic, critical, emancipatory, and civic academic training, of students, while valuing qualitative aspects and indicators that consider the characteristics of DE. This study presents the findings of a qualitative research project that utilized the Delphi technique to analyze the elements considered fundamental to quality in distance education. The study focused on the similarities in the opinions of experts from Brazil and Mozambique. The Delphi technique aims to achieve consensus among experts with specific knowledge on the subject through successive rounds of consultation. Despite the differences between the educational contexts of Brazil and Mozambique, the analysis of the responses revealed significant convergence regarding the essential elements for a socially referenced quality distance education. These elements include the physical and technological infrastructure, teaching materials suitable for distance education, the specific training of professionals for this modality, curriculum and planning, student training, and the institutionalization of distance

education. The latter is an essential condition for the permanent offering of this modality in public higher education institutions. The findings suggest that distance education has the potential to address global educational needs, provided it is underpinned by the principles of socially referenced quality and aligned with local realities. This alignment is based on the realities of social democracy, inclusion, comprehensiveness, and institutional responsibility.

**Keywords:** Distance Education. Socially Referenced Quality. Delphi Technique.

## Introdução

As discussões sobre Educação a Distância (EaD) ganharam destaque no cenário nacional brasileiro e passaram a se fortalecer a partir da década de 1990, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996). Essa legislação reconheceu a EaD como uma modalidade educacional legítima. Além disso, a expansão dos cursos superiores a distância foi impulsionada por intensos debates entre as esferas pública e privada ao longo dos últimos anos (Dourado, 2021).

A modalidade a distância tem ganhado destaque, em especial pela possibilidade da democratização do ensino superior no Brasil, o que permite um maior número de pessoas a terem acesso à formação acadêmica, especialmente as que vivem em regiões afastadas dos grandes centros urbanos, sendo uma alternativa viável para ampliar a inclusão educacional, contribuindo diretamente para a interiorização do ensino superior, além de promover o desenvolvimento regional e reduzir as barreiras que, historicamente, limitam o acesso à educação de qualidade.

Reconhecemos como essencial o papel da EaD na ampliação do acesso ao ensino superior em todas as regiões brasileiras, mas enfatizamos aqui sua importância em regiões como a Amazônia, onde desafios geográficos e logísticos dificultam a presença de instituições de ensino presencial (Silva *et al.*, 2024). Com vastas áreas cortadas por rios, baixa densidade populacional e dificuldades de transporte, muitas comunidades amazônicas enfrentam barreiras significativas para a formação acadêmica. Nesse contexto, a EaD surge como uma solução significativa ao permitir que estudantes dessas localidades acessem cursos superiores, possibilitando a formação e a qualificação de profissionais que podem atuar diretamente em suas comunidades, o que contribui para o desenvolvimento local e reduz a evasão de talentos para outras regiões. Dessa forma, essa modalidade educacional não apenas democratiza o ensino superior, mas fortalece a sustentabilidade socioeconômica da Amazônia. Mesmo considerando as dificuldades de conectividade com a internet, assim como em outras regiões do Brasil, a EaD continua sendo, em muitas regiões, a única possibilidade de acesso à Educação Superior.

Em Moçambique, a introdução da EaD data de 1977, quando o III Congresso do partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) orientou o governo a criar um Instituto Nacional de Ensino por Correspondência e determinou que até 1979 fossem estudadas as condições para o estabelecimento de um Centro Nacional de Ensino por Correspondência. O objetivo era expandir o acesso à educação aos moçambicanos (Gómez, 2008). Para tal, criou-se uma comissão que desenvolveu uma concepção multimídia que devia orientar a planificação e implementação de cursos por correspondência. A EaD foi reconhecida e equiparada ao ensino presencial, pela Lei n. 4/1983 do Sistema Nacional de Educação e com vista a sua implementação foi criado o Departamento de Ensino a Distância no Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE).

Com o apoio do Brasil e da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), realizou-se a formação do primeiro núcleo de especialistas de EaD em matérias de planificação e avaliação, desenho e elaboração de materiais didáticos e programas de rádio educativos. A implementação do curso a distância experimental teve início em 1984 e abrangeu cerca de 1.300 professores primários, com aulas impressas e radiofônicas transmitidas diariamente pelos emissores regionais da Rádio Moçambique. A maior parte dos estudantes concluiu o curso com sucesso. Em 2001 é aprovada pelo Conselho de Ministros a Política e Estratégia de Educação à Distância que visava a expansão da oferta dos diferentes níveis e ramos do Sistema Nacional de Educação (SNE) via EaD, assim como ações de educação não-formal. A política e a estratégia da EaD perspectivavam a criação de um sistema de EaD que promovesse complementaridade, parceria, articulação e sinergia entre as diferentes instituições interessadas em oferecer essa formação.

Em Moçambique, a EaD tem capital importância na medida que o governo a reconhece como um mecanismo para democratização do acesso ao ensino, redução de assimetrias e oportunidade para profissionais e indivíduos com outras responsabilidades sociais poderem continuar os estudos sem se abdicarem das suas atividades.

Este artigo tem como objetivo analisar elementos considerados como essenciais para a oferta de Educação a Distância de Qualidade Socialmente Referenciada no Brasil e em Moçambique. Os dados aqui apresentados foram produzidos no âmbito da pesquisa realizada entre os anos de 2021 e 2024 sobre *Qualidade e Regulamentação na Educação a Distância*, desenvolvida por um grupo de pesquisadores da Rede de Pesquisa EaD Nacional e Internacional em parceria com a Associação Universidade em Rede (Unired). A pesquisa, em sua

integralidade, contou com diferentes técnicas e instrumentos de coleta de dados em suas diferentes fases, entre levantamentos bibliográficos (2021 – 2022), estudos de legislações referentes à oferta de EaD (2021 – 2022) nesses países e, também, foi utilizada a técnica Delphi, no ano de 2023. A pesquisa teve como produto a construção do Referencial de Qualidade Socialmente Referenciada para Cursos Superiores a Distância, (Lima, 2025).

A Rede de Pesquisa EaD Nacional e Internacional conta, atualmente, com a participação de pesquisadores das cinco regiões do Brasil e de países como Argentina, Moçambique, México, Honduras e Portugal. Contudo, o recorte que faremos aqui refere-se aos dados produzidos especificamente no Brasil e em Moçambique, com o objetivo de apontar e analisar os elementos consensualmente considerados como fundamentais à oferta de uma EaD de qualidade social nesses países.

A escolha pela análise dos dados produzidos nestes dois países deu-se, inicialmente, pelos laços linguísticos entre eles e, em um segundo momento, pelo fato de ambos terem iniciado a oferta em EaD de maneiras distintas e em uma cronologia diferenciada, especialmente do ponto de vista dos marcos regulatórios.

Os dados apresentados foram produzidos e organizados pelos autores a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando o banco de dados primários da pesquisa *Qualidade e Regulamentação no Contexto da Educação Aberta, Flexível ou a Distância no Brasil e na América Latina*. Esses dados foram obtidos por meio da aplicação da técnica Delphi nas regiões Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, bem como em Moçambique, no ano de 2023. A organização dos dados aos quais tivemos acesso foi realizada por diferentes pesquisadores representantes das regiões brasileiras mencionadas e de Moçambique.

Além disso, o levantamento de dados para a elaboração deste artigo contou com estudos bibliográficos relacionados à temática e, em especial, destaca-se o uso do livro que consideramos um dos principais resultados da pesquisa-fonte: *Técnica Delphi em Educação a Distância: especificidades e globalidades da Qualidade da Modalidade*.

Sob um olhar crítico-analítico e qualitativo frente os dados coletados, o artigo se propôs a analisar os elementos considerados importantes no desenvolvimento de uma EaD com qualidade socialmente referenciada, construindo aproximações sob o olhar dos especialistas do Brasil e de Moçambique nessa oferta de EaD socialmente referenciada.

O artigo está dividido em três partes. Em um primeiro momento é apresentado o percurso metodológico utilizado na produção de dados da pesquisa-fonte no Brasil e em

Moçambique com o uso da técnica Delphi. Em seguida, são apresentadas duas seções que discorrem sobre os dados do estudo realizado no Brasil e em Moçambique em relação aos elementos considerados pelos especialistas como fundamentais à oferta de EaD de qualidade social. Por fim, apresentamos a análise dos dados de ambos os países, considerando suas aproximações, para então tecermos as considerações finais.

### **A Técnica Delphi e a Produção de Dados para a Pesquisa-fonte no Brasil e em Moçambique: o percurso metodológico**

Os dados apresentados neste artigo resultam de um trabalho de análise crítico-reflexiva sobre as informações produzidas e publicadas no livro "Técnica Delphi em Educação a Distância: Especificidades e Globalidades da Qualidade da Modalidade", desenvolvida por pesquisadores do Brasil, México, Argentina, Honduras, Moçambique e Portugal no ano de 2023. Esses pesquisadores buscaram reunir opiniões e concepções acerca do que seria uma EaD de qualidade entre os especialistas de seus países. Para essa pesquisa inicial, que fornece dados para as análises tecidas neste artigo, nomearemos como pesquisa-fonte.

Realizada entre os anos de 2021 e 2024, por meio de levantamentos bibliográficos, pesquisa documental e estudos de marcos regulatórios sobre EaD (essas coletas realizadas entre os anos de 2021 e 2022) nos países membros da Rede de Pesquisa Brasil e Internacional, no ano de 2023 teve início a coleta e produção de dados empíricos com especialistas em EaD de cada país envolvido no estudo. Para essa etapa da pesquisa, optou-se pela utilização da Técnica Delphi como principal instrumento metodológico para a coleta e análise de dados.

Dentre as principais características da técnica Delphi, destacam-se sua abordagem qualitativa, visão prospectiva, interatividade com retroalimentação controlada, tratamento estatístico das respostas e o respeito ao anonimato dos participantes. Os respondentes, denominados especialistas, compõem um painel e devem possuir conhecimento reconhecido na área investigada, o que constitui um requisito fundamental para sua participação na técnica (Rozados, 2015).

Para Rozados (2015), a interatividade no uso da Delphi acontece após o desenvolvimento de mais de uma rodada do questionário, pois os especialistas passam a ter acesso às posições e concepções (mesmo que anonimamente) dos demais especialistas. Nessa etapa, a partir da segunda rodada, os especialistas têm a oportunidade de rever e mudar de opinião em relação à participação anterior.

A técnica tem como objetivo final encontrar consenso de opiniões e concepções entre os especialistas consultados após as rodadas de consultas, geralmente de 2 a 4 rodadas (Rozados, 2015; Marques, Freitas, 2018). Mesmo que, em alguns casos, não haja consenso sobre todos os aspectos abordados no estudo, verificamos a importância de que o entendimento consensual em alguns aspectos contribui para o fortalecimento das instituições quanto ao agir sobre condições necessárias à oferta de uma EaD de qualidade social, orientando planejamentos, desenhos e redesenhos de políticas internas acerca da EaD, em um movimento de soma de esforços para que esta modalidade alcance o objetivo da formação humana, emancipadora e cidadã de seus sujeitos.

Durante a aplicação da Técnica Delphi, geralmente adota-se um conjunto de procedimentos sistematizados que caracterizam sua estrutura metodológica em rodadas sucessivas. Esse processo se inicia com a definição dos critérios para a escolha do grupo de especialistas, seguido pela seleção efetiva dos participantes. Após essa etapa, realiza-se o convite para a participação na pesquisa. O critério de escolha dos especialistas neste estudo foi o de selecionar profissionais com atuação na EaD, pesquisadores e autores da EaD e que também tivessem exercido cargos de gestão nesta modalidade.

Foi elaborado e enviado aos especialistas um questionário online com perguntas abertas e fechadas. Após receber as respostas (setembro de 2023), as informações foram analisadas qualitativa e quantitativamente. Com base nos resultados iniciais, uma segunda rodada de questionários (novembro de 2023), também online, foi criada, contendo perguntas fechadas e dados estatísticos refletindo os pontos de convergência da rodada anterior.

Com a finalização das duas rodadas, iniciou-se a redação do relatório final, sistematizando os resultados obtidos ao longo do processo. Essa estrutura faz com que as informações geradas sejam representativas, fundamentadas e relevantes para os objetivos da pesquisa, conferindo à Técnica Delphi sua reconhecida robustez metodológica. As duas rodadas de questionários online foram realizadas entre 18/09 a 28/09/2023 e entre 20/11 e 29/11/2023.

No Brasil, a aplicação da técnica Delphi foi organizada pelas 5 regiões geográficas, contando com a participação de 21 especialistas na primeira rodada de perguntas. Na segunda rodada, o número reduziu para 17, devido a desistências durante o processo investigativo. Em Moçambique, nas duas rodadas a participação foi de 4 especialistas. Refira-se que Moçambique tem uma população total de cerca de 31 milhões e Brasil 211 milhões. Em termos de área territorial, Moçambique tem uma área de 799.380 km<sup>2</sup> e o Brasil de 8.510.000 km<sup>2</sup>. Foi por

esta razão que em Moçambique por se tratar de um território significativamente menor em comparação ao Brasil, quer em área assim como pela população, a pesquisa não foi regionalizada enquanto que no Brasil teve participantes do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Assim, a amostra foi composta por 17 participantes brasileiros e 4 moçambicanos, configurando uma diferença quantitativa significativa entre os dois grupos.

Tal diferença amostral deveu-se a múltiplos fatores contextuais que não comprometeram a validade dos resultados, mas que refletiram as especificidades de cada realidade nacional. No Brasil, a dimensão geográfica do país e suas divisões regionais, a consolidação da EaD como política pública, a ampla oferta de cursos e a maior institucionalização de redes de pesquisa sobre o tema contribuíram para o maior número de especialistas disponíveis e dispostos a participar do estudo. Além disso, o país conta com uma estrutura mais robusta de Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Dados do Semesp apontam que em 2023, o Brasil contava com 316 IPES, várias delas atuando com EaD, o que ampliou a base de possíveis participantes que se enquadravam nos critérios de seleção dos especialistas para a técnica Delphi.

Em Moçambique, por outro lado, é contabilizado um total de 22 IPES (Machava, 2022), o que oferece também uma amostra mais restrita. Ainda assim, a seleção foi criteriosa, baseada em experiência profissional, formação acadêmica e atuação direta em políticas ou práticas de EaD no país. Dessa forma, mesmo com um número menor de participantes, assegurou-se a qualidade das contribuições obtidas e a pertinência dos dados para a realidade moçambicana.

Cabe destacar que, na técnica Delphi, o foco está na qualificação dos especialistas e na validade dos consensos alcançados, e não necessariamente na representatividade estatística da amostra. Assim, os dados obtidos em ambos os contextos foram analisados com o devido rigor metodológico, respeitando as especificidades de cada país e garantindo a coerência na comparação entre os resultados.

A utilização da técnica Delphi teve como foco identificar as percepções dos especialistas sobre conceitos como EaD, educação híbrida, remota, aberta, flexível e *e-learning*, além de suas compreensões sobre a qualidade na EaD e seus elementos constitutivos. Esses elementos contribuíram para a elaboração do Referencial de Qualidade Socialmente Referenciada para Cursos Superiores a Distância (2025). As análises realizadas com base nos dados da pesquisa-fonte destacam as convergências entre os especialistas do Brasil e

Moçambique quanto aos elementos necessários para garantir uma EaD de qualidade socialmente referenciada, sendo esse o foco de análise deste artigo.

## **Entre Brasil e Moçambique: as Contribuições dos Especialistas**

### **A compreensão sobre qualidade na Educação a Distância: o olhar dos especialistas brasileiros**

O discurso sobre qualidade assume diferentes compreensões a partir dos contextos históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos em que é tratado. Aqui, abordaremos a qualidade do ponto de vista educacional a partir da perspectiva socialmente referenciada.

Nardi (2023) afirma que a qualidade na educação pode ser assumida dentro de um ponto de vista mercadológico, técnico ou de um ponto de vista da qualidade social, estando essa associada à educação como direito social e prevendo uma educação que prima pela formação integral e humana dos sujeitos, pela sua emancipação, valorizando um processo crítico-reflexivo sobre si e sobre o mundo em que se insere, com vistas à transformação social (Nardi, 2023; Sordi *et al.*, 2016).

Lima (2023, p. 466), compreende a qualidade socialmente referenciada na EaD como sendo:

Aquela em que se tem clareza do conceito de EaD enquanto modalidade e especificidades inerentes a ela, que foi institucionalizada a nível macro (com regulamentações, regulações e políticas públicas de Estado específicas para a modalidade e que contribuem para sua implementação), meso (com previsão da EaD nos documentos institucionais, na rotina da instituição, na gestão e órgãos colegiados/decisórios institucionais e na previsão orçamentária) e micro (com dimensões e indicadores que contemplem a oferta dos cursos).

É sob essa perspectiva de qualidade que fundamentamos nossa escrita. A qualidade a ser tratada diz respeito à modalidade de EaD, compreendida como:

Uma modalidade educativa inclusiva, podendo ser flexível que objetiva, a partir das especificidades do processo de ensino e aprendizagem mediado por tecnologias e tecnologias digitais da informação e comunicação, se desenvolver como finalidade educativa de uma prática social democrática que almeja a emancipação humana e cidadã (Lima, 2024, p. 19).

É a partir desse conceito de educação a distância, cunhado pela Rede de Pesquisa EaD Brasil internacional que compreendemos o que pode ser considerado como elemento para uma

EaD de qualidade socialmente referenciada, segundo os especialistas selecionados nas cinco regiões do Brasil. Para isso, recorreremos a algumas passagens da trajetória de produção dos dados aqui apresentados, que foram possíveis a partir da utilização da técnica Delphi.

Sendo utilizada na pesquisa-fonte em duas rodadas, a técnica Delphi, em um primeiro momento, buscou encontrar um consenso entre os 21 especialistas brasileiros, participantes iniciais do estudo, sobre conceitos formulados pelos pesquisadores da Rede de Pesquisa, entre eles, o conceito de EaD apresentado anteriormente.

Os especialistas podiam: concordarem totalmente, discordarem totalmente ou concordarem parcialmente com o conceito de EaD apresentado. Assim, tivemos uma concordância total de 47,62%, uma discordância de 9,52%, e uma concordância parcial com 42,86%.

O percentual de concordância total obtido entre os especialistas indica uma adesão significativa à perspectiva da qualidade socialmente referenciada na Educação a Distância (EaD). Essa compreensão rompe com a concepção mercantilista frequentemente associada à EaD no contexto brasileiro, especialmente nas instituições da rede privada de ensino superior, e reafirma seu potencial como uma prática social comprometida com princípios democráticos, emancipatórios e de formação cidadã — fundamentos centrais da qualidade social em educação (Nardi, 2023; Lima 2024).

Ainda na primeira rodada, os especialistas brasileiros tiveram que responder ao questionamento: O que é essencial para assegurar a qualidade na educação a distância? Obtivemos como respostas um elenco de aspectos que variaram entre infraestrutura física e tecnológica, materiais didáticos adequados, formação docente, políticas de valorização docente, compreensão e valorização da modalidade EaD tanto quanto a modalidade presencial, sendo respeitadas as suas especificidades, suporte pedagógico adequado, acessibilidade (tanto no que tange à questão de conectividade com a internet quanto ao acesso de pessoas com diferentes deficiências), gestão adequada à EaD, currículo voltado à EaD e suas especificidades, avaliação, políticas internas, entre outros fatores que abrange tanto o nível macro quanto os níveis meso e micro de oferta em EaD.

Durante a Rodada 2 da Delphi, os especialistas (ressaltamos aqui a baixa de 21 para 17 especialistas brasileiros) foram convidados a manifestarem seus graus de concordância total, parcial ou discordância em relação aos percentuais obtidos a partir das respostas da Rodada 1 em relação aos elementos essenciais citados na rodada anterior. Os dados consolidados desta

etapa indicaram: a valorização do trabalho docente na EaD, requerendo políticas públicas que garantam a formação inicial e continuada dos professores, além de condições dignas de trabalho, remuneração adequada e suporte institucional que assegure sua saúde e desenvolvimento profissional. Esses elementos são fundamentais para a consolidação de uma EaD de qualidade socialmente referenciada, reconhecendo o papel do docente no processo formativo.

Adicionalmente, destaca-se a importância de que a avaliação dos cursos de EaD seja realizada a partir de critérios específicos para a modalidade, respeitando suas particularidades e necessidades próprias. Elementos como infraestrutura física e tecnológica adequada, materiais didáticos e ambiente virtual de aprendizagem apropriados, e um currículo inclusivo e crítico alinhado às especificidades da EaD, bem como a formação continuada de docentes, estudantes e demais profissionais envolvidos, são apontados como fundamentais à construção de uma educação a distância comprometida com a qualidade formativa e a emancipação dos sujeitos.

Os elementos apontados pelos 17 especialistas brasileiros podem ser agrupados em categorias relacionadas a aspectos estruturais, pedagógicos e sociais, sendo que nenhum se sobrepõe em importância aos demais. Há o entendimento de que esses elementos devem ser trabalhados de maneira integrada e em constante diálogo para que se possa oferecer cursos superiores na modalidade EaD compatíveis com uma formação de qualidade socialmente referenciada.

Consideramos importante trazer algumas percepções dos especialistas sobre a temática. Os textos foram extraídos das justificativas elaboradas pelos especialistas em campo específico no questionário da Rodada 2.

Acredito que assegurar a qualidade na Educação a Distância (EaD) envolve a consideração cuidadosa de vários elementos, que vão desde o design do curso até o suporte ao aluno (Resposta concedida pelo Especialista 2 - Região Nordeste, em 11/2023).

Integração entre infraestrutura e alfabetização tecnológica, além, é claro, de uma concepção de educação que vá além da simples transposição de conteúdos. Promoção de formação com os alunos para uso das tecnologias digitais (Resposta concedida pelo Especialista 3 - Região Nordeste, em 11/2023).

Muito se discute sobre a importância da formação continuada para docentes na Educação a Distância (EaD), mas raramente se aborda, com a mesma ênfase, a necessidade de

preparação dos estudantes para essa modalidade. Após anos imersos em um modelo presencial de ensino, muitos alunos ingressam na EaD sem qualquer orientação consistente. Quando presente, a formação discente costuma restringir-se a uma disciplina introdutória sobre o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), desconsiderando as profundas diferenças metodológicas, estruturais e culturais entre as modalidades. Tal lacuna afeta tanto os jovens egressos do Ensino Médio quanto os adultos que retornam aos estudos após longos períodos, especialmente os trabalhadores-estudantes, que também demandam acolhimento e apoio formativo. Como destaca Grossi *et al.* (2024), estudantes da EaD enfrentam maiores dificuldades de pertencimento institucional, o que exige das instituições ações mais efetivas para fortalecer vínculos, promover integração e garantir experiências acadêmicas mais significativas. Nesse sentido, assegurar acompanhamento pedagógico contínuo e suporte institucional diversificado é um aspecto fundamental da qualidade na EaD, em condições equivalentes às oferecidas no ensino presencial.

As questões didático-pedagógicas, também elencadas pelos especialistas como fundamentais para a qualidade da EaD, devem ser analisadas levando em conta quem são esses estudantes. A elaboração de perfis acadêmicos nos diversos cursos, assim como um atendimento que oriente sobre organização e gestão do tempo, pode contribuir significativamente para a permanência e o sucesso do estudante, aspectos diretamente relacionados ao desenvolvimento da autonomia ao longo do curso. Não pretendemos esgotar as discussões sobre acolhimento, apoio e atendimento institucional aos estudantes da EaD, mas entendemos esses aspectos como significativos para a oferta com qualidade social da modalidade em discussão.

As estruturas físicas e tecnológicas aparecem como requisitos necessários em todas as cinco regiões pesquisadas, assim como a qualidade dos materiais pedagógicos, o currículo específico e as políticas institucionais internas voltadas à EaD, e a articulação entre coordenadores de curso, professores-formadores e equipes técnico-pedagógicas. A acessibilidade, tanto no que diz respeito à conectividade (muito deficitária em regiões como o Norte e o Nordeste do Brasil) quanto à preparação dos ambientes virtuais para estudantes com deficiência, também foram fortemente mencionadas entre os especialistas.

É possível perceber que a integração dos diferentes elementos necessários à EaD de qualidade se sobrepõe à tentativa de eleger apenas dois ou três como mais importantes, pois pensar a oferta em conjunto e integradamente é o que pode assegurar a qualidade aqui desejada.

Contudo, neste momento, destacamos a importância da institucionalização da EaD não como elemento necessário à sua qualidade, mas como condição.

A institucionalização é citada entre especialistas de quatro das cinco regiões brasileiras pesquisadas. Entretanto, fizemos aqui uma distinção ao tratarmos da *institucionalização*, pois mais do que entendê-la como um elemento à EaD de qualidade socialmente referenciada, a consideramos como *condição essencial*. Veloso e Mill (2022, p. 3) entendem a institucionalização como “condição indispensável para a perenidade da modalidade”. Geralmente, a experiência brasileira com essa a EaD insere-se num aparato burocrático que, historicamente, se encontra acomodado à oferta regular tão somente de educação presencial.

É por meio do processo de institucionalização que a EaD pode se consolidar nas estruturas educacionais e garantir boa parte dos aspectos apontados pelos especialistas como fundamentais. Como reforçam Franco *et al.* (2024), esse reconhecimento contribui para que a EaD seja compreendida como um *direito social*, num exercício ampliado do que se entende por cidadania.

### **A Qualidade na Educação a Distância: sob Ponto de Vista de Especialistas Moçambicanos**

Em qualquer processo educacional, a qualidade do serviço oferecido é um fator importante para a garantia do desenvolvimento de competências e resultados esperados do grupo alvo beneficiário dessa aprendizagem. Essa preocupação ocorre em qualquer modalidade educacional. No caso da EaD, em particular, uma modalidade em que o processo de ensino e aprendizagem ocorre em espaço físico fora do habitual da sala de aula física, e onde os intervenientes não estão juntos, presencialmente, a preocupação com a qualidade cresce ainda mais e vários são os questionamentos que se levantam sobre os vários componentes que compõem o sistema devido às especificidades do processo de implementação e oferta.

Semelhante a outros países do mundo em que a EaD foi introduzida para democratizar o acesso ao ensino, em Moçambique, essa visão tem sua menção desde a Lei n. 4/1983, que foi a primeira pós-independência moçambicana. Essa lei tinha como objetivo a erradicação do analfabetismo, a introdução da escolaridade obrigatória, a formação de quadros para as necessidades do desenvolvimento econômico e social e da investigação científica, tecnológica e cultural. Nela há a consideração de que a EaD poderia potencializar as ações dos vários subsistemas de educação, nomeadamente, Educação Geral, Educação de Adultos, Educação Técnico-Profissional, Formação de Professores e a Educação Superior.

A Lei n.1/2023, de 17 de março de 2023, que estabelece o sistema jurídico do subsistema de ensino superior, no artigo 46, refere, entre outros aspectos, que o ensino superior é realizado nas modalidades presencial e a distância, e que ambas são objeto de avaliação periódica e de atualização permanente, de acordo com legislação específica respeitando o Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do ensino superior (SINAQES) em Moçambique. É nesse contexto que são produzidos instrumentos específicos para a garantia de qualidade da EaD e que regem todas as instituições públicas e privadas provedoras dessa modalidade educacional em Moçambique. Nesses instrumentos é consenso que há aspectos específicos da avaliação de qualidade dos cursos a distância que se diferem do presencial.

Do ponto de vista dos especialistas de EaD em Moçambique, é consenso que constituem elementos para oferta de Educação a Distância de Qualidade os aspectos pedagógicos como o currículo, material didático, modelo pedagógico, a avaliação e a preparação do docente e discentes, bem como fatores sociais e estruturais.

Os especialistas concordam que a qualidade na educação é um conceito multifacetado que envolve diversos aspectos interligados e que não existe uma definição única e universal, pois o que se considera como educação de qualidade varia de acordo com o contexto social, cultural e político de cada país ou região (Loforte; Cherinda, 2024).

Usando a técnica Delphi, foi comum o resultado que, para assegurar a qualidade da EaD, é essencial ter infraestrutura, organização e gestão institucional adequados, ter monitoria, garantia de recursos tecnológicos, gestão da qualidade e de gestão dos processos.

Quanto ao currículo, é entendimento dos especialistas que devem ser adequados à modalidade de ensino, não se podendo transpor o ensino presencial para o a distância. Para a acreditação dos programas, é orientado que sejam apresentados os currículos dos cursos que serão oferecidos na modalidade a distância, seguindo o quadro curricular da instituição com explicação da sua implementação. Esses currículos devem ser alinhados ao futuro ambiente de trabalho e trazer as competências profissionais, bem como o perfil profissional do graduado. O regulamento da EaD exige que o currículo apresente o plano de estudos, explicitação da concepção pedagógica dos cursos e programas, requisito de entrada, descrição das atividades educativas obrigatórias, conclusão do curso e componente de controle de frequência dos estudantes.

São necessários materiais de estudo adequados e eles devem ter desenhos instrucionais mais críticos e reflexivos, voltados à autonomia dos estudantes. O regulamento exige que qualquer instituição provedora de EaD apresente, para o processo de acreditação, materiais de estudo que espelhem os conteúdos dos planos temáticos de cada unidade curricular que compõe o curso.

O ensino deve ser centrado no estudante e suportado por sistema de tutoria e acompanhamento bem estruturado, além de apresentar evidências de como ele é monitorado. A proporção entre tutor e estudantes, calendários e horários das tutorias, a localização dos centros de recursos, as condições de acesso e informação sobre atos administrativos são fatores exigidos pelo regulador para a garantia da qualidade.

O sistema de avaliação das aprendizagens deve ser desenhado com critérios próprios, garantindo a fidelidade do processo, desde a identidade do estudante e a garantia do uso de sistema de detecção de fraudes acadêmicas visando a sua credibilidade. O mecanismo da avaliação final do curso deve constar de regulamento próprio a ser submetido à entidade competente no ato da acreditação do curso.

As infraestruturas física e tecnológica são fatores importantes na garantia de qualidade da modalidade de EaD, sendo necessários plataformas apropriadas para a gestão do processo de ensino e aprendizagem, para o registo acadêmico e gestão financeira para além de estrutura física de apoio aos estudantes nos pontos em que eles se encontram por meio da instalação de centros de recursos. O regulamento da EaD indica que o início de atividades letivas carece de existência cumulativa de instalações físicas e tecnológicas educativas, componente de apoio e atendimento aos estudantes e materiais prontos. No que se refere às instalações físicas, elas devem estar em consonância com o tipo de cursos a serem ofertados.

A institucionalização da EaD é essencial para sua consolidação e reconhecimento. Conhecer o seu lugar na estrutura da instituição é fator importante. Para tal, o Decreto n. 35/2009 informa que a autorização para o funcionamento da EaD só é efetiva após a avaliação no terreno de aspectos relevantes, inerentes à modalidade, no que concerne à organização, gestão da modalidade, interação com os estudantes, processo de distribuição de materiais de estudo, supervisão, avaliação, entre outros. Um organograma e o estatuto da instituição são exigidos no ato da acreditação. Por outro lado, o documento refere-se, ainda, que não será autorizado o funcionamento da EaD e instituições que não tenham pessoal capacitado e dedicado em tempo inteiro para trabalhar nessa modalidade, com particular destaque para a

existência de um gestor do programa, gestor do componente de aquisição, desenvolvimento, produção e distribuição de materiais de estudo, bem como gestor da componente de atendimento e apoio ao estudante.

Muitos professores que lecionam na EaD, e estudantes que ingressam nos cursos vem, tradicionalmente, do ensino presencial. Assim, a preparação dos intervenientes sobre como ser e estar na EaD é condição para o sucesso. A capacitação dos estudantes sobre como ser estudante a distância, estratégias e métodos de estudo, modelo pedagógico do curso e o uso das tecnologias do processo de ensino e aprendizagem e administrativas é uma das ações que garantem a qualidade. O mesmo acontece com os professores, em que capacitá-los sobre como produzir material didático para autoinstrução, como ser tutor de EaD, como avaliar em EaD, assim como o uso das ferramentas tecnológicas, é crucial na preparação do grupo de profissionais para a oferta de um serviço de qualidade.

### **Analisando Aproximações entre Brasil e Moçambique**

Apesar das diferenças nos contextos históricos, sociais, culturais e econômicos entre Brasil e Moçambique, a análise das contribuições dos especialistas, possibilitada pela Técnica Delphi e orientada pela qualidade socialmente referenciada, de ambos os países, evidencia a existência de pontos de convergência no que se refere aos elementos considerados fundamentais para a garantia de uma EaD que forma para além dos conhecimentos técnicos e profissionais, mas que forme para emancipação humana.

Essa aproximação indica que, mesmo diante de realidades distintas, há um alinhamento quanto à necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão, com a formação integral dos sujeitos e a democratização do acesso ao ensino superior. Tal constatação reforça o potencial da EaD como uma modalidade capaz de responder a demandas educativas globais, desde que ancorada em princípios de qualidade socialmente referenciada e sensível às especificidades locais.

A diferença no quantitativo de especialistas entre Brasil e Moçambique resultou em uma gama maior de elementos elencados pelos brasileiros e, embora não tenha havido um consenso absoluto entre os especialistas dos dois países - nem mesmo dentro de cada país isoladamente -, é possível identificar que os elementos apontados por eles se distribuem entre três categorias fundamentais: aspectos estruturais, pedagógicos e sociais.

Ainda assim, um ponto de convergência importante entre os especialistas de ambos os contextos é o reconhecimento de que a EaD possui especificidades que a distinguem profundamente da modalidade presencial. Por isso, defendem que a modalidade deve ser concebida, planejada e gerida a partir de suas particularidades, e não como mera transposição do ensino presencial para o ensino a distância. E, por mais que isso possa parecer claro a alguns, ainda verificamos práticas geridas por uma adaptação de uma modalidade para outra, desconsiderando suas especificidades, desde o pensar seu currículo até os processos avaliativos, tanto de aprendizagem quanto institucionais.

A partir dessa perspectiva, os especialistas indicam em consenso um conjunto de elementos que caracterizam uma EaD de qualidade socialmente referenciada: infraestrutura física e tecnológica adequadas; um currículo específico para a EaD; materiais didáticos compatíveis à modalidade; processos avaliativos coerentes com a EaD; gestão sensível às suas singularidades; e formação continuada tanto de docentes quanto de discentes. A esses aspectos soma-se a institucionalização da EaD, não como um elemento adicional, mas como uma condição indispensável à sua consolidação nas instituições, garantindo sua integração ao cotidiano acadêmico em coexistência com a modalidade presencial, como afirmam Veloso e Mill (2024) e condição para assegurar muitos dos elementos concebidos como essenciais pelos especialistas participantes do estudo.

### **Considerações finais**

O estudo analisou os elementos essenciais para a oferta de EaD de qualidade socialmente referenciada no Brasil e em Moçambique a partir do uso da Técnica Delphi.

As respostas dos especialistas evidenciaram que a qualidade da EaD constitui um conceito multifacetado, diretamente influenciado pelos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos de cada país. A análise revelou uma convergência significativa entre os especialistas brasileiros e moçambicanos, especialmente quanto aos princípios que devem orientar uma EaD socialmente referenciada, como a inclusão, a formação integral e humana, e a institucionalização da modalidade como condição de sua permanência institucional.

Nesse cenário, três grandes dimensões foram apontadas como fundamentais para sustentar a qualidade na EaD: pedagógica, estrutural e social. A dimensão pedagógica abrange a necessidade de currículos adequados, alinhados às realidades locais, a produção e utilização de materiais didáticos contextualizados, processos de avaliação coerentes e a formação

continuada de docentes e discentes. A dimensão estrutural refere-se à institucionalização da modalidade, à existência de uma gestão adaptada e à disponibilidade de infraestrutura física e tecnológica adequada para o desenvolvimento das atividades formativas. Já a dimensão social destaca-se pela valorização da diversidade sociocultural, pelo suporte pedagógico contínuo e pela implementação de políticas de permanência e êxito, com vistas ao acolhimento e à personalização da aprendizagem.

Assim, a qualidade na EaD deve ser compreendida a partir da articulação entre esses aspectos, considerando tanto os desafios locais quanto os referenciais globais que orientam o desenvolvimento da modalidade.

Outro ponto comum entre os especialistas é a compreensão da institucionalização da EaD como essencial para garantir a qualidade e a continuidade da modalidade. Isso se concretiza por meio da implementação de normativas específicas, equipes especializadas e processos avaliativos adaptados à EaD, promovendo a integração plena dessa modalidade no cotidiano acadêmico das instituições. Como afirmam Veloso e Mill (2022), essa integração, embora inicialmente desafiadora, é necessária para a efetivação da EaD de forma perene.

Portanto, os resultados da pesquisa apontam um conjunto de elementos convergentes que devem compor uma política de qualidade para a EaD, sensível às particularidades locais, mas alinhada aos princípios da formação humana, da inclusão, da emancipação do sujeito e da formação crítico-cidadã. Esses achados não apenas fortalecem a EaD nos países lusófonos analisados, mas também podem servir como referência para outros contextos que buscam uma EaD comprometida com a emancipação e a transformação social.

## Referências

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 11 abr. 2025.

DOURADO, Luiz Fernandes. Prefácio. *In*: LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; SANTOS, Catarina de Almeida (orgs.). **Educação a distância e tecnologias:** políticas públicas, <<https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/Educacao-a-distancia-e-tecnologiasVOLUME1-050521.pdf>>. Acesso em: 16 abr. de 2025.

FRANCO, Aléxia Pádua; MATTA, Cláudia Eliane da; GRINEVICIUS, Gisele; CHAQUIME, Luciane Penteadó; CORASSA, Maria Auxiliadora de Carvalho. A qualidade da educação a distância na relação com a institucionalização da modalidade em instituições públicas de educação superior da região sudeste do Brasil. *In*: LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira;

FONSECA, Maria Aparecida da; MORALES GÁMEZ, Maria José; DEUS, Karen Brina Borges de (Orgs.). **Técnica Delphi em educação a distância: especificidades e globalidades da qualidade na modalidade**. 1. ed. Goiânia: Cegraf UFG, 2024. p. 149-162. Disponível em: <<https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/book/563>>. Acesso em: 16 abr. de 2025.

GÓMEZ, Miguel Buendía. **Educação à distância em Moçambique: história e desafios**. Comunicação apresentada na Conferência Nacional de Educação à Distância em Moçambique, Maputo, 13–15 ago, 2008.

GROSSI, Marcia Gorett Ribeiro; FONSECA, Renata Gadoni Porto; LYRA, Letícia Ribeiro. O lugar da autonomia na Educação a Distância. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta**, v. 1, p. e704, 2024. Disponível em: <<https://abed.emnuvens.com.br/RBAAD/article/view/704>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

LIMA, Daniela da Costa Britto de. Qualidade, e-cidadania e educação a distância: uma relação possível. **Inter-Ação**, v. 48, n. 2, p. 460-471, 2023. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/77113>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

LIMA, Daniela Costa Britto de. Entre Técnica e Método: o Delphi em perspectiva. *In*: LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; FONSECA, Maria Aparecida da; MORALES GÁMEZ, Maria José; DEUS, Karen Brina Borges de (orgs.). **Técnica Delphi em educação a distância: especificidades e globalidades da qualidade na modalidade**. 1. ed. Goiânia: Cegraf UFG, 2024. p. 12-22. Disponível em: <<https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/book/563>>. Acesso em: 16 de 2025.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. **Referencial de qualidade socialmente referenciada para cursos superiores a distância**. Goiânia: Cegraf UFG, 2025. Disponível em: <<https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/book/674>>. Acesso em: 13 abr. 2025.

LOFORTE, Cristina; CHERINDA, Nilsa Adelaide Issufo. Enoque Pondja. Normalización y Regulación de la Educación a Distancia en Moçambique. *In*: LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira *et al.* **Conectando el conocimiento: tecnologías Y reglamentación de la educación a distancia em Argentina, Brasil, Honduras, México y Mozambique**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: edUTecNe, 2024. Disponível em: <<https://ria.utn.edu.ar/items/54dcf2e2-b7a4-4a10-978f-fdfd3cef6b39>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

MACHAVA, Ricardo. Ensino superior oscila entre expansão e baixa qualidade. **O País**, Maputo, 22 jun. 2022. Disponível em: <<https://opais.co.mz/ensino-superior-oscila-entre-expansao-e-baixa-qualidade/>>. Acesso em: 13 maio 2025.

MARQUES, Joana Brás Varanda; FREITAS, Denise de. Método Delphi: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 389–415, maio/ago. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/MGG8gKTQGhrH7czngNFQ5ZL/>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

MOÇAMBIQUE. REPÚBLICA POPULAR. Sistema Nacional de Educação. **Linhas Gerais e Lei 4/83 de 23 de março**. Maputo: Minerva Central, 1985.

MOÇAMBIQUE. **Lei n. 4/83, de 23 de março**. Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação. Boletim da República, I Série, n. 12, 3º suplemento, 23 mar. 1983. Disponível em: <<https://archive.gazettes.africa/archive/mz/1983/mz-government-gazette-series-i-supplement-no-3-dated-1983-03-23-no-12.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MOÇAMBIQUE. **Decreto n. 35/2009, de 7 de julho**. Aprova o Regulamento do Ensino à Distância. Boletim da República, I Série, n. 26, 7 jul. 2009. Disponível em: <<https://www.ined.gov.mz/legislacao/>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MOÇAMBIQUE. **Lei n. 1/2023, de 17 de março**. Estabelece o regime jurídico do Subsistema do Ensino Superior e revoga a Lei n.º 27/2009, de 29 de setembro. Boletim da República, I Série, n. 53, 17 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.mctes.gov.mz/wp-content/uploads/2023/04/Lei-n%C2%B01-2023-%E2%80%94Lei-que-estabelece-o-regime-juridico-do-Ensino-Superior-e-revoga-a-Lei-n%C2%B027-2009-de-29-de-Setembro.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

NARDI, Elton Luiz. Uma qualidade para a escola pública: entre o socialmente referenciado e a lógica da regulação por resultados. **Cad. Cedes**, v. 43, n. 121, p. 34-43, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/L4fyjy8qdmj8bZKQSDRy9P/>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ROZADOS, Helen Beatriz Frota. O uso da técnica Delphi como alternativa metodológica para a área da Ciência da Informação. **Revista Em Questão**, v. 21, n. 3, 2015. Disponível em: <[seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/download/58422/36043](http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/download/58422/36043)>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil 2025**. São Paulo: SEMESP, 2025. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2025/02/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2025.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2025.

SILVA, Bianca Santos Bento da; SILVA, Magali Gislene da; BERNHARD, Gustavo Galdino; GILIOLI, Suzana da Costa Nunes. Qualidade na Educação a Distância: percepções da região norte a partir do uso da Técnica Delphi. In: LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira *et al.* (orgs.). **Técnica Delphi em Educação a Distância: Especificidades e Globalidades da Qualidade da Modalidade**. 1. ed. Goiânia: Cegraf UFG, 2024. v. 1, p. 136–148. Disponível em: <<https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/book/563>>. Acesso em 13 abr. de 2025.

SORDI, Maria Regina Lemes de. *et al.* Indicadores de qualidade social da escola pública: avançando no campo avaliativo. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p. 716-753, 2016. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/4073>>. Acesso em: 10 fev. 2025.



VELOSO, Braian; MILL, Daniel. Institucionalização da Educação a Distância pública enquanto fenômeno essencialmente dialético. **Educação Em Revista**, v. 38, p. e33842, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/rZrHFb9Dz4SJqTNyc7QfxyK/>>. Acesso em: 13 abr. 2025.